

## PARA QUE SERVEM OS PARTIDOS POLÍTICOS?

Em texto publicado em 1919, Max Weber escreveu o seguinte:

"O que os chefes de partido dão hoje como pagamento de serviços leais são cargos de todo o tipo em partidos, jornais, confrarias, Caixas de Segurança Social e organismos municipais ou estatais. Toda e qualquer luta entre partidos visa, não só um fim objectivo, mas ainda e acima de tudo o controlo pela distribuição de cargos. (...) Com o incremento do número de cargos, consequência da burocratização geral e o crescente apetite por esses cargos como modo específico de assegurar o futuro, essa tendência aumenta em todos os partidos, cada vez mais encarados pelos seus seguidores como o meio de alcançar o fim: a obtenção de um cargo."

É uma observação terrible, atractiva. Mas, naturalmente, a análise dos partidos políticos deve ser mais ampla.

Foi com base nessa observação que nasceu a pergunta-tema deste 37.º livro da coleção Cadernos de Ciências Sociais da Escolar Editora, a saber: Para que servem os partidos políticos?

Quatro cientistas sociais aceitaram o repto de lhe responder, designadamente [pela ordem de entrada dos seus textos neste livro] a luso-cabo-verdiana Edalina Rodrigues Sanches, o brasileiro Cristiano das Neves Bodart, a portuguesa Patrícia Tomás e o brasileiro Antonio Ozai da Silva.

O produto é este livro excelente, denso, uma verdadeira arqueologia dos partidos políticos casando história e análise, de leitura obrigatória.

# PARA QUE SERVEM OS PARTIDOS POLÍTICOS?

Edalina Rodrigues Sanches, Cristiano das Neves Bodart,  
Patrícia Tomás, António Ozai da Silva



ESCOLAR EDITORA

**polytechnica**  
INTERNACIONAL

ESCOLAREEDITORA.COM

ISBN 978-972-592-548-5



9 789725 925485



ESCOLAR EDITORA



## PARA QUE SERVEM OS PARTIDOS POLÍTICOS?

Edalina Rodrigues Sanches, Cristiano das Neves Bodart,  
Patrícia Tomás, António Ozaí da Silva

© Escolar Editora, 2019

Estrada Nacional Nº 10, Polígono Industrial do  
Forte da Casa, Lote B - Piso 1, Bloco 3  
2625 - 437 Forte da Casa

Telefone 211 066 500

E-mail [editora@escolareditora.com](mailto:editora@escolareditora.com)

Internet <http://www.escolareditora.com>

Proibida a reprodução total ou parcial deste livro sem a  
autorização expressa do editor.

Todos os direitos estão reservados por Escolar Editora.

**Coordenação Editorial**

João Costa

ISBN 978-972-592-548-5

Depósito Legal 480 320/21

**Capa**

Tiago Oliveira

**Paginação, Impressão e Acabamento**

Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, Lda.

Cristiano das Neves Bodart  
Universidade Federal de Alagoas  
Doutor em Sociologia (USP)

## Índice

Introdução: arqueologia dos partidos políticos (Carlos Serra) .....	7
Partidos políticos e itinerários de pesquisa (Edalina Rodrigues Sanches).....	9
Afinal, o que são Partidos Políticos e para que servem? (Cristiano das Neves Bodart).....	47
Os Jovens e os Partidos Políticos (Patrícia Tomás) .....	89
Para que servem os Partidos Políticos? (Antonio Ozaí da Silva).....	115

## **Afinal, o que são Partidos Políticos e para que servem?**

*Por Cristiano das Neves Bodart (Brasil)*

Para que servem os partidos políticos? Esta é uma indagação presente na vida cotidiana, sobretudo em tempos de denúncias de corrupção envolvendo-os, como vem ocorrendo no Brasil.

O cenário de desconfiança abre espaço para afirmações cétricas quanto à importância e ao papel dos partidos políticos. É recorrente observarmos a afirmação de que sua serventia se resume a ser uma legenda eleitoral "alugada" temporariamente pelo político. Essa resposta está relacionada à percepção de que haveria uma ausência de vinculação ideológica entre os integrantes de um mesmo partido. Outra afirmativa questiona a lisura dos integrantes dos partidos políticos, na qual sua existência se daria para justificar recebimentos de recursos financeiros advindos de fundos partidários públicos e de financiamentos privados de campanha, sendo apontado como um meio de enriquecimento ilícito. Essas respostas, embora não equivocadas por completo, não nos possibilita responder à contento à pergunta aqui apresentada por focar apenas nas disfunções dos partidos políticos.

Darcy Azambuja, nos idos de 1941, já nos dizia que “os defeitos dos partidos políticos são, pois, os defeitos dos homens” (p. 292). Não que os partidos sejam organizações sem defeitos, porém compreendê-los apenas a partir de disfunções, muitas delas não inerentes aos partidos - mas aos seus integrantes -, dificulta uma compreensão sociológica. Não podemos nos ater aos desajustes episódicos ou particulares e não investir na compreensão do que seria a essência, ou substância, dos partidos políticos.

Afinal, para que servem os partidos políticos? Seria para lutar por ideais coletivos? Conquistar o poder? Representar uma parcela da sociedade? Ser um interlocutor com o Estado representando parte da sociedade? Serviria para garantir a democracia representativa? Convidamos você, leitor, a uma reflexão em torno destas questões. Antes, contudo, julgamos importante discutir a sua natureza e algumas definições conceituais recorrentes.

### 1. O que são partidos políticos?

Conceituar partidos políticos não é uma tarefa fácil. Difícil, em primeiro lugar, por conta da diversidade e das distintas características que possuem, as quais variaram no tempo e no espaço. Em segundo lugar, por existir semelhanças entre partidos políticos e outras instituições que exercem funções políticas, o que dificulta a compreensão de suas especificidades.

Chamamos a atenção para o fato de que ao buscarmos as principais e mais usuais definições conceituais de partidos políticos, encontraremos àquelas preocupadas em destacar o que deveriam ser os partidos políticos e outras que buscam descrever o que de fato seriam. O mesmo acontece quanto as suas funções. Dito isto, (re)advertimos que conceituá-los e compreendê-

-los não são empreitadas fáceis de ser realizadas, ainda que não há, aqui, pretensão de esgotar a questão, mas colaborar no debate.

Buscaremos expor alguns esforços de conceituação de partidos, problematizá-los e, por fim, realizar reflexões que possam colaborar na organização de um conceito que julgamos satisfatório, ainda não definitivo e/ou acabado. Uma das grandes dificuldades em construir um conceito está no fato de que as observações empíricas colocam em dificuldades as definições, pois um conceito, antes de tudo, deve dar conta da realidade. Por isso, para operacionalizar nossa reflexão, nos apropriaremos de um recurso analítico-conceitual weberiano nominado “tipo ideal”. Faremos tal uso por dois motivos básicos: i) pela diversidade e distintas características que possuem os partidos políticos e; ii) pelo interesse sociológico de compreender as regularidades existentes, ou seja, aquilo que, de certo modo, está presente em todas as organizações que denominamos de partidos políticos, assim como sua estrutura lógica.

Advertimos que

*Os tipos ideais são construções mentais que [...] permitem-nos ver se, em traços particulares ou em seu caráter total, os fenômenos se aproximam de uma de nossas construções, determinar o grau de aproximação do fenômeno histórico e o tipo construído teoricamente. Sob esse aspecto, a construção é simplesmente um recurso técnico que facilita uma disposição e terminologia mais lúcidas (WEBER, apud; QUINTANEIRO; BARBOSA, 2002, p.113).*

O tipo ideal refere-se a uma construção mental da realidade, onde o pesquisador seleciona um certo número de característica do objeto em estudo, a fim de construir um “todo tangível”, ou seja, um “tipo”. Esse tipo será muito útil para classificar os objetos de estudo. O objetivo de Weber, ao utilizar o recurso “tipo

ideal", não era de esgotar todas possibilidades das interpretações da realidade empírica, apenas criar um instrumento teórico analítico, dando um certo "corpo" ao objeto de estudo, como fez Sérgio Buarque de Holanda ao descrever "homem cordial".

*Um constructo de tipo ideal cumpre duas funções básicas: i) fornece um caso limitativo com o qual os fenômenos concretos podem ser contrastados; um conceito inequívoco que facilita a classificação e a comparação; ii) assim, serve de esquema para generalizações de tipo (...) que, por sua vez, servem ao objetivo final da análise do tipo ideal: a explicação causal dos acontecimentos históricos (MONTEIRO; CARDOSO, 2002, p.14).*

Quando Weber propôs o conceito de tipo ideal estava preocupado em esclarecer a função lógica e a estrutura dos conceitos utilizados nas Ciências Sociais. Para Weber os conceitos são construídos a partir do sujeito, e não do próprio objeto de estudo, como indicava a lógica aristotélica. Para Weber,

*Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isolados dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de formar um quadro homogêneo de pensamento (WEBER, 1999, p.106).*

Desta forma, o tipo ideal é uma construção mental do pesquisador, o qual enfatizará aspectos que deseja analisar daquele dado objeto (ou fenômeno) de estudo, no caso específico dessa reflexão, os partidos políticos. É importante não olvidar que por ser fruto de seleção de aspectos individualizados e enfatizados os tipos serão "ideais", ou seja, não reproduzem a realidade tal como ela é em si mesma.

Assim, buscando compreender os construtos de tipo ideal presente na literatura, passemos, em um primeiro momento, a expor algumas conceituações do termo "partido político" a partir de autores selecionados. Dito isto, nossa metodologia adotada é a revisão de literatura seguida de operacionalização metodológica que busca a identificação/construção dos tipos ideais (tipologias), ainda que reconhecendo as limitações dessa construção<sup>1</sup>.

Etimologicamente, o termo partido deriva de uma acepção primeira do verbo "partir", que no francês antigo designava "fazer partes, dividir". Partido designou, inicialmente, um grupo armado que agia à margem das forças armadas do Estado e/ou em ruptura com ele (SEILER, 2000).

*Com o tempo, a palavra veio a designar uma facção armada organicamente constituída – o partido dos Armagnacs – para, em seguida, tornar-se o sinônimo de facção política antes de adquirir sua concepção atual (SEILER, 2000, p.10).*

O termo "partido político" não pode ser entendido como "parte política", pois nem toda "parte política" é um "partido político", embora todo partido político represente uma parte da sociedade. Como destacou Viana (2003), "[...] o movimento ecológico, por exemplo, pode ser considerado uma parte política, mas não um partido".

Recorrendo à literatura especializada, encontraremos os esforços de Seiler (2000). Este sinaliza algumas definições conceituais para "partidos políticos" modernos; apresentaremos e realizaremos algumas considerações a esse respeito. Seiler (2000) agrega as conceituações por campo do conhecimento,

<sup>1</sup> Pelos propósitos metodológicos de Weber, que aqui adotamos, é importante não olvidar que um tipo ideal não busca dar conta de especificidades do objeto que compõe o conjunto em análise.

indicando alguns conceitos que se destacaram dentre os filósofos, cientistas políticos e sociólogos.

Dentre os filósofos, Seiler (2000, p. 23) evidencia duas definições, uma apresentada por Edmund Burke e outra por Benjamin Constant. Para Burke, partidos políticos seriam “[...] um conjunto organizado de homens unidos para trabalhar em comum pelo interesse nacional, conforme o princípio particular com o qual se puseram em acordo (BURKE *apud* SEILER, 2000, p. 23).

Na definição de Burke, notamos uma certa ingenuidade quanto à ideia de “trabalhar pelo interesse nacional”; isto por dois motivos: i) os interesses nacionais<sup>2</sup> nem sempre são os interesses dos partidos políticos que alcançam o poder, ainda que tenham “vendido” a ideia de unidade, são “partidos”, logo representam frações da sociedade; ii) o acordo nas relações políticas é sempre circunstanciais.

Para Constant, partidos políticos seriam “uma reunião de homens que professam a mesma doutrina política” (CONSTANT *apud* SEILER, 2000, p. 23). Constant se referia aos partidos políticos como possibilidade de uma institucionalização de uma organização alternativa no interior das repúblicas. Acreditava que os partidos poderiam agregar pessoas cultas entorno de “questões nobres” e que pudessem pensar no “bem comum”. Passados os anos, olhamos para a maior parte dos partidos e vemos o quanto a definição de Constant soa simplificadora, uma vez que o agregador muitas vezes não é uma doutrina política clara e coesa e o “bem comum” nem sempre é o objetivo dos integrantes dos partidos. Vejamos o caso do Brasil: este tem hoje um sistema pluripartidarista com 35 partidos políticos (TSE,

<sup>2</sup> Interesse nacional aqui sendo entendido como a vontade da maioria dos cidadãos de um país.

2017), o que não significa que cada um deles represente ou tenha uma ideologia<sup>3</sup> específica.

O ponto de encontro entre as duas definições, de Burke e Constant, está em torno da existência de um “alinhamento interpretativo” agregador de indivíduos.

Dentre os cientistas políticos, Seiler (2000) destaca três definições para partidos políticos; a saber:

*Os partidos são formações que agrupam homens de mesma opinião para garantir uma influência verdadeira sobre a gestão dos negócios políticos (HANS KELSEN *apud* SEILER, 2000, p. 23-24).*

*Um partido é um agrupamento organizado para participar na vida política, tendo em vista conquistar, parcial ou totalmente, o poder e dele fazer prevalecer as ideias e os interesses de seus membros (FRANÇOIS GOGUEL *apud* SEILER, 2000, p. 23-24).*

*Constitui um partido todo o agrupamento de indivíduos que, professando os mesmos pontos de vista políticos, se esforçam para fazer prevalecê-los, ao mesmo tempo juntando a eles o maior número possível de cidadãos e procurando conquistar o poder ou, pelo menos, influenciar suas decisões (GEORGE BURDEAU *apud* SEILER, 2000, p. 23-24).*

Encontramos nas três definições uma característica incommon: ser um agrupamento de indivíduos que busca exercer influência no campo político. Contudo, tais definições não contemplam uma característica prática do pluripartidarismo brasileiro: a prática de “filiação alugada”. Chamo de “filiação alugada” a prática de filiação de políticos profissionais com o objetivo de concorrer às eleições em legendas partidárias

<sup>3</sup> O termo aqui refere-se a conjuntos de ideais, pensamentos, doutrinas, projeto de sociedade ou visões de mundo de um indivíduo ou grupo orientadores de suas ações sociais e, principalmente, políticas.

que o possiblité se eleger, assim como a inclusão de políticos profissionais em partidos que possuem mais recursos para o financiamento de campanha ou maior apoio político. Dito isto, considerar que todos os integrantes dos partidos políticos compartilham a mesma ideia não dá conta de explicar o que vemos na empiria: i) o aluguel de partidos políticos para pleitos eleitorais e; ii) indivíduos, sobretudo na esfera local, que ingressam nos partidos por convites pessoais, sem conhecer, ao menos, o estatuto e os supostos ideais do partido.

É importante considerar que na tradição brasileira há uma relativa fragilidade do sistema partidário frente a uma robusta tradição patrimonial, coronelista e clientelista, sendo, por natureza, oligárquicas e não coletivas (LEAL, 1948), como se supõe que sejam os partidos.

Dentre os sociólogos, Seiler destaca duas definições para partidos políticos, uma esboçada por Raymund Aron e a outra de Max Weber. Citamos aqui os conceitos:

*Os partidos políticos são agrupamentos voluntários mais ou menos organizados que pretendem, em nome de uma certa concepção de interesse comum e de sociedade, assumir, sozinhos ou em coalizão, as funções de governo (ARON apud SEILER, 2000, p. 23-24).*

*O partido constitui 'relações de tipo associativo, uma dependência fundada num recrutamento de forma livre. Seu objetivo é assegurar o poder a seus dirigentes no seio de um grupo institucionalizado, a fim de realizar um ideal ou obter vantagens materiais para seus militantes' (WEBER apud SEILER, 2000, p. 23).*

Ambos os autores destacam na composição do conceito de partidos políticos a voluntariedade do ingresso aos partidos políticos. De fato, o ingresso nos partidos é voluntário, contudo destacamos duas situações que merecem atenção: i) a saída de um partido político para migrar para outro pode ter um custo

grade ao indivíduo e; ii) a facilidade de ingressar no partido não significa facilidade em participar das principais decisões ou representá-lo, uma vez que, como destacou Robert Michels [1911] em "Sociologia dos Partidos Políticos" (1982), os partidos políticos possuem uma tendência oligárquica. Discutiremos posteriormente as contribuições de Michels.

Voltando ao conceito desenvolvido por Aron, podemos observar que este nos possibilita pensar as ações dos partidos em formato de coalizões, sobretudo na esfera federal, por meio de aproximação de outros partidos, para obter, se no poder estiverem, governabilidade; o que se dá adquirindo maioria no Parlamento e no Senado. Esse apontamento nos é caro, sobretudo em sistemas políticos como no Brasil, comumente conhecidos como presidencialismo de coalisção. Os arranjos entre partidos diferentes são estratégias para garantir que pautas legislativas sejam aprovadas. Não que tais pautas sejam de comum interesse ou acordo, mas parte da prática do "toma lá, dá cá", uma espécie de "uma mão lava a outra", onde um partido apoia uma questão hoje para receber apoio amanhã e ter suas demandas atendidas. Isso explica, em parte, o porquê de posicionamentos que são contrários aos princípios do partido, como por exemplo, partidos ligados à classe operária votarem favoravelmente a projetos de leis que retiram direitos dos trabalhadores.

Na conceituação de Max Weber, identificamos um elemento importante: os objetivos. Além da busca pelo poder, o partido pode desejar proporcionar benefícios aos seus militantes (2004a, p. 188), embora isso não seja particular dos partidos. No caso de partidos políticos com pouca força, quanto não se vislumbra a possibilidade de assumir o poder, buscam-se coalizações a fim de propiciar o recrutamento de gestores e outros profissionais de seu quadro de filiados para atuarem em cargos públicos do Estado. É possível identificarmos mobilizações partidárias em busca de espaço, ainda que de forma indireta, no

governo, ou ainda para ampliar os grupos de pressões sobre os partidos de oposição quando esses estão no poder. A busca por incluir dirigentes nos cargos públicos do Estado colabora para que haja coalisões que garantam a governabilidade. Por outro lado, não encontrando espaço no interior do Estado para seus dirigentes, muitos partidos acabam atuando contrariamente à governabilidade e o bom funcionamento da gestão pública, se posicionando contrário, por exemplo, a projetos de leis que poderiam ser benéficos para a sociedade e para o bom funcionamento do Estado.

Além dessas definições trazidas por Seiler (2000), destacamos algumas outras conceituações importantes, pois não poderíamos deixar de mencionar as contribuições de Robert Michels (1876-1936) e de Maurice Duverger (1917-2014) e algumas outras contribuições contemporâneas.

Robert Michels, em 1915, publicou a célebre obra "Sociologia dos Partidos Políticos". Michels (1982) observando a organização e distribuição do poder no interior dos partidos, estes seriam agremiações marcadas por tendências oligárquicas e autoritárias, concentrando o poder político nos seus dirigentes, o que ficou conhecido como "Lei de Michels", ou "Lei de Ferro da Oligarquia". Para ele,

*[...] A lei sociológica fundamental que rege inelutavelmente os partidos políticos [...] pode ser formulada assim: a organização é a fonte de onde nasce a dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que os delegam. Quem diz organização, diz oligarquia (MICHELS, 1982, p. 238).*

Para Michels (1982), as exigências técnico-administrativas da modernidade levam os partidos políticos a se burocratarem, tornando sua direção algo complexo e nas mãos de poucos. Estes estariam, segundo esse autor, mais preocupados com a manu-

tenção de suas posições internas e com a manutenção dos partidos, do que com sua ideologia e os seus objetivos originários.

Tomando essa conceituação conseguimos, em grande medida, compreender que os partidos políticos se servem de recursos materiais e simbólicos que são canalizados aos dirigentes e aos "homens notáveis" do partido. Dito isto, os partidos tendem a concentrar esforços em alguns poucos militantes, definindo, por exemplo, quem receberá mais recursos para sua campanha eleitoral, quem terá mais tempo de propaganda na televisão, quem falará em nome do partido ao apresentar boas notícias, etc. Embora o ingresso seja espontâneo, a distribuição dos capitais simbólicos<sup>4</sup> e materiais não atende igualmente à todos. Por isso, geralmente se observa uma pequena variação de "nomes elegíveis" nas campanhas eleitorais para presidente, por exemplo. Por outro lado, na impossibilidade do "homem notável" não possuir condições ou ser impedido de candidatar-se o partido passa a correr o risco de não conseguir a vitória na eleição. Podemos citar a situação atual do Partido dos Trabalhadores que aposta todas as suas fichas em Inácio Lula da Silva e os grupos de oposição buscam impedir sua candidatura via denúncias de corrupção ao Ministério Público.

Azambuja (1941) já destacava a percepção de muitos quanto ao caráter oligárquico dos partidos políticos, assim afirmando:

*Acusam-se também os partidos políticos de serem organizações oligárquicas dominadas por um chefe e alguns asseclas, que manejam a força eleitoral em proveito próprio, sacrificando interesses do povo, apresentando candidatos inaptos ou desconhecidos (p. 291).*

<sup>4</sup> Usamos aqui o conceito de capital simbólico produzido por Pierre Bourdieu (2003, p.177), sendo "um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, um *fide*, uma *auctoritas*, que lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe".



Michels (1982) nos ajuda a compreender dois eventos: i) uma supervalorização da organização em detrimento ao abandono de seus ideais originais; ii) a defesa incondicional, por parte dos integrantes do partido, de dirigentes acusados de praticarem erros, fraude e corrupção. Podemos aqui citar um caso brasileiro recente, no qual integrante de diversos partidos dos Trabalhadores (PT) foi condenado<sup>5</sup> por prática de Caixa Dois (recursos de campanha não contabilizados e não prestado contas ao Tribunal Superior Eleitoral), e, mesmo assim, o partido se mobilizou para arrecadar cerca de um milhão para o pagamento de multa aplicada pela justiça.

Maurice Duverger, em 1951, publicou a primeira obra de grande fôlego dedicado aos partidos políticos: "Les Partis Politiques". Influenciado por Michels, Duverger (1980, p.188) afirma que,

*[...] a direção dos partidos tende naturalmente a assumir uma forma oligárquica. Uma verdadeira "classe de chefes" ali se constitui, uma casta mais ou menos fechada, um "círculo interior" de difícil acesso [...]. O regime eleitoral do Estado parece ter certa influência sobre o caráter oligárquico das direções partidárias e da formação dos "círculos interiores". Na medida em que nenhum candidato tem possibilidade de ser eleito sem a concordância dos comitês do partido, seus dirigentes desempenham papel essencial na seleção dos futuros deputados, que são designados pelo "círculo interior".*

Deste modo, para Duverger (1980), partidos políticos são agremiações que internamente possuem uma tendência oligárquica. Duverger avança, em relação a Michels, na iniciativa de categorizar os partidos políticos e de compreender suas origens, questões que discutiremos posteriormente.

<sup>5</sup> Diversos líderes de partidos políticos veem sendo acusados no Brasil de praticar Caixa Dois, ao ponto do Parlamento cogitar a possibilidade de um perdão generalizado a todos os partidos.

Lamounier e Meneguello (1986), ao buscarem uma definição para partidos políticos, apresentaram duas outras perspectivas que consideraram hegemônicas: marxista e schumpeteriana. Argumentam que os marxistas consideram apenas partidos "verdadeiros" aqueles que são em si mesmo um grupo social e que, no mínimo, sejam a expressão política "necessária" de um grupo ou de uma classe ancorados na estrutura da sociedade. Em contraposição, destacaram outra vertente a partir da definição de Schumpeter (1976, p. 283), para quem

*Partidos e máquinas políticas resultam do simples reconhecimento de que as ações de uma massa eleitoral raramente ultrapassam o nível de um estouro de boiada. Regular a competição política é a função dos partidos, que pode ser comparada às práticas reguladoras de qualquer associação de negócios no campo econômico.*

Para Schumpeter, os partidos seriam usualmente criações "artificiais", espécie de organizações forjadas por "empresários" políticos (políticos profissionais) que objetivam alcançar algumas demandas no "mercado político". Nesse sentido,

*Eles têm consciência, é claro, de que sua atuação é de alguma forma limitada pela estrutura social do eleitorado, pelos interesses que se projetam na arena política, por coordenadas institucionais, e assim por diante. Mas nada disso retira de sua obra esse caráter, como dissemos, "artificial" (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986, p.16).*

Ambos os conceitos apresentados por Lamounier e Meneguello (1986) possuem elementos importantes para compreendermos os partidos políticos e suas dinâmicas, assim como algumas limitações.

A perspectiva marxista nos ajuda a entender os partidos que surgiram "de baixo para cima" (extraparlamentares, extra-

-estatais), geralmente de viés esquerdista, tais como o Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1980, e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922. Contudo, o foco na luta de classe não nos permite compreender a existência e a atuação dos partidos cujos ideais também são imateriais, tais como o Partido Verde (PV) que se posiciona em prol do Meio Ambiente. A definição de Viana (2003) nos ajuda a compreender o conceito mais adotado de partidos políticos dentre os marxistas. Segundo esse autor,

*Os partidos políticos são organizações burocráticas que visam à conquista do Estado e buscam legitimar esta luta pelo poder através da ideologia da representação e expressam os interesses de uma ou outra classe ou fração de classe existentes. Assim, os quatro elementos principais que caracterizam os partidos políticos são: a) organização burocrática; b) objetivo de conquistar o poder do Estado; c) ideologia da representação como base de sua busca de legitimação; e d) expressão dos interesses de classe ou fração de classe (VIANA, 2003, p.12).*

A perspectiva schumpeteriana nos ajuda a compreender a crítica direcionada aos partidos políticos por serem, em muitos casos, entendidos como "espaços alugados" por políticos profissionais para concorrer a um cargo eletivo. Sendo a política um campo de disputa por votos, os partidos buscam se fortalecer conquistando militantes, simpatizantes e eleitores, tornando-o cobiçado por aqueles que desejam concorrer às eleições. Partidos fortalecidos acabam tendo maiores condições de apresentar exigências ao que usarem sua sigla para candidaturas eletivas, dentre essas exigências é possível que esteja o alinhamento com o projeto político e de governo do partido.

Outra colaboração conceitual clássica é apresentada por La Palombara e Weiner (1966). Para esses autores os partidos políticos são organizações que apresentam quatro condições

básicas: i) organização durável superior à expectativa de duração de seus dirigentes; ii) estrutura local com atuação regional e nacional; iii) desejo de conquistar e manter o poder e; iv) propósito de conquistar apoio popular por meio de eleições e outros mecanismos de pleito ao poder político que estão no campo da cultura política.

A conceituação de La Palombara e Weiner (1966) à luz da empiria apresenta ao menos duas deficiências explicativas. Notamos ao longo da história a existência de partidos que deixaram de existir após a morte de seus "homens notáveis", como ocorreu com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que após a morte de Getúlio Dornelles Vargas, em 1954, deixou de existir, ao menos em sua essência e ideologia<sup>6</sup>. A necessidade de agir nacionalmente é facilmente contestada ao olharmos a História do Brasil, na qual encontramos partidos, tal qual o Partido Republicano Paulista (PRP), que só existiam legalmente no interior do estado; no caso do PRP, apenas nos limites territoriais do estado de São Paulo. Atualmente há exigência legal de que os partidos brasileiros atuem nacionalmente.

Quanto ao desejo de tomar o poder, é possível que existam partidos que, reconhecendo suas limitações, têm como objetivo temporário de ficar nas franjas do poder, como fez o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) por muitos anos após a redemocratização brasileira. Contudo, ao vislumbrar a possibilidade de chegar ao poder, atuará nessa direção, como fez o citado partido em 2016.

Além dessas conceituações clássicas, podemos citar outras que se apresentam em trabalhos mais recentes, contudo fortemente influenciadas pelos autores já mencionados. Ruscheinsky (1999) e Motta (2008), por exemplo, enfatizam que partidos

<sup>6</sup> A sigla, a partir de então passou por um longo litígio entre o atual Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Ambos os partidos ainda invocam a sua herança política.

políticos seriam, em sua essência, um agrupamento de indivíduos que têm por objetivo alcançar e conservar o poder. Porém, devemos tomar cuidado com tal definição, pois um grupo de guerrilheiros pode ser desejoso de tomar o poder, mas nem por isso será considerado partido político (VIANA, 2003). Da mesma forma, partidos políticos não são grupos de pressão. Ainda que os partidos exerçam pressões sobre o Estado, estes não podem ser compreendidos como grupos de pressão. Os partidos políticos têm o direito à participação e à conquista do poder, diferentemente dos grupos de pressão que, na melhor das hipóteses, exercem pressões exteriores sobre o poder (CARRION, 1985).

Para Motta (2008), um partido geralmente surge a partir de um ideário político que agrega pessoas dispostas a lutar por esse ideal. Nessa perspectiva, "[...] os partidos são produtos tanto de motivação ideológica quanto de ambição pelo poder" (MOTTA, 2008, p.10). Para esse mesmo autor, as duas coisas podem concorrer uma com a outra: "[...] há partidos nos quais a defesa dos ideais é mais importante que a ambição de seus líderes e há aqueles menos preocupados com as propostas e mais ansiosos pelo poder". Nesse ponto, estamos de acordo, sobretudo quanto este afirma que ambos os elementos estão quase sempre presentes, pois seria difícil agregar pessoas em torno de algo sem ideologia e/ou sem o desejo de alcançar o poder. A ausência dos dois elementos inviabilizaria sua existência.

Há uma tendência de conceituação dos partidos políticos como um agrupamento de indivíduos com interesses, ideais e princípios comuns. Essa conceituação contrastada com os partidos reais não se sustenta por seu caráter homogêneo, simplificador e "romântico". Na verdade, os partidos políticos são "campos de batalhas", frequentemente desorganizados e sujeitos às dissensões internas (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986).

Buscando realizar uma breve sistematização do conceito de partidos políticos notamos, ao menos, que cinco elementos

parecem permear os conceitos. Esses elementos nos possibilitam pensar um tipo ideal, são eles: i) o caráter burocrático; ii) o desejo pelo poder, quase sempre em nome de uma concepção lógica de projeto político ou societário; iii) a associação voluntária de indivíduos que buscam participar da vida política de forma institucionalizada; iv) a mobilização em prol de uma ação ou projeto de uma fração de classe ou grupo de interesse; v) ser um espaço viabilizador de candidaturas a cargos públicos eletivos nas democracias representativas e; vi) marcados por disputas e tensões internas.

## 2 Origens dos Partidos Políticos

Os partidos políticos modernos surgem com a representação política, nascendo e se desenvolvendo ao mesmo tempo que os processos eleitorais e parlamentares (DUVERGER, 1968). Com a expansão populacional e territorial dos Estados e o fim de escravidão, uma participação política direta do cidadão passou a se inviabilizar, abrindo espaço, nas democracias, para a transferência de titularidade da soberania democrática do povo para seus representantes; inaugurando assim a Democracia Representativa e, por conseguinte, o desenvolvimento dos partidos políticos. Contudo, vale frisar que muitos partidos surgiram antes mesmo da consolidação da democracia representativa, como no caso do Brasil que durante o Império (1822-1889) teve onze (11) partidos políticos.

De acordo com Seiler (2000), o vocábulo "partido" foi usado bem cedo nos estudos sociais. Esse autor atesta que tradutores de Aristóteles o utilizaram para designar os grupos sociais que se colocavam em oposição a Atenas. Os estudiosos da Roma Antiga, por exemplo, utilizaram os termos "partido plebeu" e "partido patrício" para denominar os grupos políticos da épo-

ca, não hesitando em utilizar a expressão "partidos políticos" para explicar o declínio da República da Roma Antiga (SEILER, 2000). Duverger (1968) chama a atenção para o fato de que muitos partidos foram utilizados em eleições sem Parlamento, ou por regimes com pseudo-eleições ou pseudo-Parlamento, sendo a única opção de escolha dos eleitores, sendo conhecidos como sistema de partido único: "expressão curiosamente contraditória em seus termos, pois o partido (*pars*) pretende no caso expressar a nação inteira" (1968, p. 356).

A concepção e formato atual dos partidos políticos modernos surgem no final do século XVIII e início do século XIX, como destacou Duverger:

*Em 1850, nenhum país do mundo (salvo os Estados Unidos) conhecia partidos políticos no sentido moderno do termo: encontravam-se tendências de opiniões, clubes populares, associações de pensamento, grupos parlamentares, mas nenhum partido propriamente dito. Em 1950, estes funcionavam na maior parte das nações civilizadas, os outros se esforçavam por imitá-las (DUVERGER, 1980, p. 19).*

Para Duverger (1980), foi a consolidação das instituições burguesas burocráticas e o fortalecimento dos movimentos operários que criaram condições históricas para o surgimento dos partidos políticos modernos. Os partidos surgiram inicialmente no parlamento inglês devido à necessidade de consistência coletiva para aprovação de projetos, servindo para dar força e direcionamento as ações do parlamentar. No interior das Assembleias, os parlamentares passaram a se organizar em grupos, reunindo deputados com tendências semelhantes de ação, o que originaria os partidos políticos (DUVERGER, 1968). Por meio dos partidos políticos as ações passaram a ser em grupo, passando o partido a ser ator político e os projetos de seus integrantes aprovados em plenária via esforços coletivos mar-

cados pela reciprocidade. Os políticos da época passaram a perceber que sem está integrado em um grupo, um partido, dificilmente teria seus projetos aprovados. Assim, o partido passou a ser um imperativo parlamentar. Esses partidos foram chamados por Duverger de partidos de origem eleitoral parlamentar, tendo sua origem interna, no parlamento.

Recentemente presenciamos no Brasil o surgimento de vários partidos de origem interna, tais como àqueles que se desmembraram de outros, como foi o caso do Partido Republicano (PR), originário de fusão de dois partidos e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), originário de dissidentes de outro grupo, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Duverger (1980) também destacou que os partidos políticos poderiam ser de origem externa, surgir de fora do parlamento. Estes podem ser oriundos de organizações originalmente não política, tais como de grupos religiosos, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e sindicatos. Por sua origem, estes tendem a ser mais próximos da sociedade. No Brasil há o caso emblemático do Partido dos Trabalhadores (PT), que teve sua origem no movimento sindical da região conhecida como ABC Paulista<sup>7</sup> em 1980, chegando ao poder nacional em 2003 por meio da posse de Luiz Inácio Lula da Silva como Presidente da República, tendo antes disso conquistado diversos cargos eletivos nas esferas municipais e estaduais. Os partidos social-democratas são os grandes exemplos de partidos de origem exterior (VIANA, 2003).

Destaca Goldstone (2003) que partidos políticos podem originar-se de movimentos sociais, sobretudo quando há forte

<sup>7</sup> O ABC Paulista é uma região industrial localizada no estado de São Paulo, fazendo parte da Região Metropolitana de São Paulo, porém com identidade própria. A sigla tem origem em três das cidades que originalmente formavam a região, sendo elas: Santo André (A), São Bernardo do Campo (B) e São Caetano do Sul (C).

contato e aproximação entre líderes dos movimentos e integrantes de partidos políticos. Em Duverger (1980) notaremos que a origem do partido político determina sua tipologia. Esse autor não foi o único a buscar classificar os partidos em tipos, questão que abordaremos a seguir.

### 3. Tipos de Partidos Políticos

É comum a construção de tipologias de partidos políticos a partir de três eixos usados individualmente ou em combinações: 1) base social, 2) orientação ideológica e 3) estrutura organizativa (PANEBIANCO, 2005).

Estudos que tomam como foco o eixo “base social” podem ser divididos em dois grandes grupos: os materialistas históricos e os populistas e nacionalistas não-marxistas. O fundamento desses dois grupos estaria na estratificação social, distinguindo-se em relação a concepção de partidos políticos. Para os materialistas históricos os partidos políticos são dotados de uma ideologia de classe, portanto, instrumento de divisão social em uma sociedade de classe. Já os populistas e os nacionalistas não-marxistas compreendem os partidos políticos como movimento de integração de classes sociais, nacional e/ou popular, que dilui as diferenças de classe e possibilita a disputa vertical. Enquanto populistas e os nacionalistas não-marxistas compreendem, por exemplo, a ideia de cidadania como um mecanismo de fortalecimento da sociedade em face ao Estado; já os adeptos do materialismo histórico compreendem esse conceito como desmobilizador das classes sociais, individualizando a luta política. O eixo “base social” tem por elemento central a origem sociológica dos partidos políticos.

A “orientação ideológica” é uma abordagem bastante ampla, sendo tomada sobretudo pelos marxistas e neomarxistas. Para

os que tomam esse eixo, partidos políticos, ora são compreendidos como agremiações de indivíduos que partilham ideais, ora como a materialização de mecanismo ideológico do Estado burguês, legitimando o sistema político. Alguns autores, tais como Max Weber, destaca o caráter ideológico dos partidos, tomando o termo ideologia como algo próximo a “projetos políticos”.

Na abordagem ideológica é comum observarmos a classificação dos partidos políticos em dois grupos: partidos ideológicos e partidos fisiológicos. Por partidos ideológicos entende-se aqueles dotados de uma ideologia clara que orienta suas ações, cujos integrantes são orientados quase sempre por um projeto coletivo. Os partidos fisiológicos compreendem, ao contrário, os partidos que não possuem orientação ideológica clara e cujas ações são originárias de outras fontes, sobretudo a partir de possibilidades de ganhos individuais. A definição de fisiologismo definido pelo Dicionário Aurélio nos ajuda a entender essa classificação; vejamos:

*[De fisiológico + -ismo, seg. o padrão erudito.] Substantivo masculino. 1. Atitude ou prática (de políticos, funcionários públicos, etc.) caracterizada pela busca de ganhos ou vantagens pessoais, em lugar de ter em vista o interesse público: “ao concentrar tantos poderes em suas mãos, acaba acumulando todos os pedidos que surgem e passa a fazer parte do fisiologismo (FERREIRA, 1999).*

Essa definição nos ajuda a compreender a prática do “aluguel de siglas partidárias” em época de eleição, assim como a tendência oligárquica e autoritária presentes em muitos partidos políticos e a comum centralidade em “homens notáveis” que praticamente dominam os partidos políticos. Os partidos ideológicos geralmente são mais rígidos quanto às indicações de militantes a cargos eletivos, devendo estes partilhar dos mesmos ideais da organização.

No eixo “estrutura organizativa” destacam-se as análises influenciadas por Max Weber, as quais tomam os partidos políticos sob seu aspecto burocrático, sendo entendido como organizações que são frutos da sociedade moderna, e mais especificamente, do Estado moderno.

Sob influência weberiana, Duverger (1980) destacou que basicamente há duas categorias de partidos políticos: i) os de origens internas, fruto da burocracia burguesa e seus representantes que estavam no poder, e; ii) partidos de origens externas, originados nos seios das massas populares.

Quanto aos partidos de “origem interna”, podemos citar como exemplos brasileiros o Partido da Frente Liberal (PFL) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), pois o primeiro foi produto de uma cisão do Partido Democrático Social (PDS) e o segundo do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Os partidos de origem interna têm por característica básica o parlamento como local de seu nascedouro, sendo ou não fruto de cisões.

A segunda categoria de partido duvergeriano, de “origem externa”, marcada pelo enraizamento e pela sustentação da sociedade civil, se mostra bastante problemática para avaliar, até mesmo as agremiações socialistas e social-democratas da Europa ocidental, que inspiraram a construção do modelo (RIBEIRO, 2013). Mesmo em relação aos partidos de origens externas, tais como o Partido dos Trabalhadores (PT), no Brasil, predomina a desconfiança da opinião pública em meio à diluição da identificação ideológica. Para Ribeiro (2013, p. 228), “os partidos se veem cada vez mais distantes de um cenário de forte enraizamento social, organizações robustas etc.; voltam-se, então, para o sólido terreno estatal, onde ainda comandam o jogo”. No Brasil, as recentes atuações das bancadas no Congresso Nacional brasileiro evidenciam o distanciamento da grande maioria dos partidos políticos dos anseios das massas, optando, quase

sempre, por se alinhar aos interesses do Governo Federal. Como exemplo de partido de origem exterior temos o caso do Partido dos Trabalhadores, que teve sua origem a partir dos sindicatos operários e que incorporou setores da Igreja Católica. Como já destacado, muitos movimentos sociais podem dar origem a novos partidos, e o encontro dos líderes de movimentos sociais com a realidade das concorrências políticas muitas vezes os transformam, criando condições para o nascimento de tais partidos (GOLDSTONE, 2003). Para Viana (2003), aos partidos de “origem interior” e de “origem exterior”, acrescentam-se os de origem estatal e/ou militar, produtos de divisões internas em regimes ditatoriais. Há ainda os chamados “partido único” existentes em regimes autoritários, com pseudo-eleições ou pseudo-Parlamento (DUVERGER, 1968). O partido único é próprio do sistema unipartidarista, onde geralmente o partido é confundido com o próprio Estado. O exemplo mais emblemático foi o extinto Partido Comunista da União Soviética (1922-1990). É importante não olvidar que o partido único não é exclusivo de ideologias de esquerda. Atualmente ao menos oito países possuem sistema unipartidário, sendo os mais conhecidos o Partido Comunista de Cuba, criado em 1959, e o Partido Comunista Chinês, existente desde 1949.

Weber (2004<sup>a</sup>, p.188) destacou que os partidos políticos poderiam apresentar três formas: “séquitos carismáticos, criadagens tradicionais e partidários racionais (racionais referentes a fins e valores ou de cunho ‘ideológico’). Nos últimos anos, com a expansão do número de partidos políticos, àqueles que podemos classificar como séquitos carismáticos passaram a ser perceptíveis, sobretudo com o surgimento de partidos que incluem dentre suas causas, demandas pós-materiais, tais como o “Partido Verde” (PV) brasileiro, os quais buscam pelo carisma de suas abordagens temáticas abstratas agregar militantes, simpatizantes e eleitores.

Outra classificação bastante usual quanto aos partidos políticos está baseada em sua organização interna. São eles os "partidos de quadros", os "partidos de massas" e os "partidos intermediários" (DIVERGER, 1968; 1980). Os partidos de quadros foram os primeiros a serem criados, tendo predominado em épocas passadas. Estes são marcados por serem compostos por figuras políticas importantes, sendo valorizada a "qualidade" dos seus integrantes em relação à quantidade de filiados. As estruturas dos partidos de quadros são, normalmente, fracas, contando com os recursos partidários providos pelas próprias figuras eminentes que integram os partidos" (FARIA NETO, 2011, p.160). Os partidos de massa, constituídos a partir do século XX, são marcados pela busca de captação do maior número possível de filiados. "Os partidos de massa, por serem representativos de classes menos favorecidas da coletividade, não podem ficar na dependência de doações generosas realizadas por alguns poucos dos seus membros" (FARIAS NETO, 2011, p.160), o que os leva a buscar agregar o maior número possível de filiados que venham a contribuir financeiramente com eles. Nota-se que o financiamento privado de campanhas toma caminhos mais complexos do que esse exposto por Farias Neto (2011). Os financiamentos milionários de empresas privadas têm sido uma realidade atual dos "partidos de massa" brasileiros, como no caso do Partido dos Trabalhadores. O que parece incentivar as grandes doações não é o engajamento político do doador, mas o possível benefício que este pode obter se o partido financiado alcançar o poder pleiteado. Na esfera federal, essa realidade é ainda mais notória, sobretudo após as constantes denúncias de corrupção envolvendo políticos e empresas financiadoras de campanhas eleitorais. A necessidade atual de um partido manter-se como "partido de massas" está muito mais no ganho mobilizador (mais atores envolvidos) e na manutenção de sua "carteira eleitoral" (uma vez que cada

filiado é um eleitor fiel) do que na necessidade de arrecadação financeira para custear as campanhas eleitorais, já que os maiores financiadores são pessoas jurídicas.

Os partidos intermediários, segundo a classificação de Duverger (1968), caracterizam-se, como o nome já indica, pela coexistência da busca por grande volume de apoiadores e colaboradores e de evidência de "homens notáveis" no interior de seus quadros. Para Duverger,

*Podemos encontrar dois tipos de organizações intermediárias entre os partidos de massas e os partidos de quadros: os partidos indiretos e os partidos dos países subdesenvolvidos. Ambos estão, mais próximos dos partidos de massas que dos partidos de quadros (1968, p. 368).*

Em países da América Latina encontramos diversos países onde os partidos intermediários são expressivos, sobretudo naqueles onde práticas populistas possuem forte atração das massas.

Kirchheimer (1966) destacou a existência de um outro tipo de partido, para além daqueles apontados por Duverger: partido *catch all*. Para esse autor, o partido *catch all* apresenta as seguintes características: i) desideologização do discurso partidário; b) fortalecimento da liderança; c) redução da importância da militância de base; d) apelo eleitoral pluriclassista; e) abertura para grupos de interesses variados.

Katz e Mair (1995) destacaram a existência de um modelo de partido político não identificado na literatura anterior: o partido cartel. O partido cartel é, para Katz e Mair, marcado pela dependência do Estado quanto: i) a dependência da provisão do Estado em relação ao acesso a meios de comunicação de massa para a realização das propagandas eleitorais, sobretudo televisiva; ii) a providência do Estado como importante mantenedor dos recursos humanos à disposição dos partidos (pagamento de

assessores com recursos estatais), bem como auxílios financeiros para manter os funcionários dos partidos; iii) as regulamentações estabelecidas pelo Estado de suas atividades e organizações partidárias; iv) a legitimidade que o Estado propicia aos partidos quando estes ocupam cargos públicos e; v) quanto aos recursos provenientes do Estado para a distribuição de incentivos seletivos a seus membros ou grupos sociais que os apoiam (patronagem partidária) (MAIR, 1994).

Para Mair (1994), enquanto que nos partidos de massa estes se apresentam como intermediários entre a sociedade civil e o Estado, com os partidos cartéis, é o Estado que se apresenta como intermediário entre os partidos e a sociedade civil. Em outros termos, o Estado passa a direcionar as ações dos partidos políticos, limitando-os em alguns momentos e induzindo-os à determinadas práticas em outros.

Os apontamentos de Katz e Mair (1995) nos leva a pensar a situação atual dos partidos políticos não como declínio e fracasso, mas como adaptação e mudança, reflexo de um processo dialético.

Passamos agora a problematizar a constituição dos partidos políticos, ainda que constituição, conceituação, função e origens sejam variáveis de difícil dissociação.

#### 4. *Constituição dos partidos políticos*

Ficou explícito que os partidos políticos são, para além de muitas outras características, um agregado de indivíduos. Contudo, esse agregado não é homogêneo. Grosso modo, podemos classificá-los em três tipologias de participantes: i) os militantes; ii) os simpatizantes; e iii) os eleitores (FARIAS NETO, 2011). Os militantes são aqueles que atuam como membros dos partidos, participando diretamente de suas atividades organiza-

cionais. Os simpatizantes são os eleitores declarados, os quais não estão ligados formalmente ao partido, embora envolvidos na propaganda deste, colaborando para que outros o conheçam e depositem nele seus votos ou torna-se militantes. Os eleitores são aqueles que votam no partido, embora não necessariamente manifestem suas preferências políticas e nem colaboram com a propaganda do partido no qual vota, ainda que não apresentem “fidelidade” ao partido em todas as eleições. É comum observarmos indivíduos serem simpatizantes ou eleitores de um dado partido político apenas em uma esfera administrativa. No caso do Brasil, notamos nas eleições nacionais, sobretudo para o cargo de presidente, uma presença maior de simpatizantes de partidos políticos, quando comparado às eleições locais. Nas eleições locais, na maioria das vezes, a figura do candidato se sobrepõe ao partido político. Nessa direção, Weber (2004b) já havia observado, no início do século XX, que em cidades pequenas as atividades partidárias estão quase sempre nas mãos dos “homens notáveis”.

Os militantes são recrutados, quase sempre, no seio dos simpatizantes, sendo considerado segundo as possibilidades de atrair votos (WEBER, 2004b). Contudo, em países onde a legislação determina que uma certa porcentagem de candidatos sejam mulheres, é comum o recrutamento de mulheres apenas para cumprir a legislação, sem efetivamente desejar incluí-las nas disputas eleitorais.

Pelo caráter oligárquico dos partidos políticos, os seus dirigentes tendem — com o tempo e com o crescimento do partido, e ao dominar o conhecimento sobre o seu funcionamento operacional e elaborar as estratégias de sua atuação — a transformar-se em um profissional afastado dos demais membros da organização, voltando-se aos seus interesses e distanciando-se cada vez mais daqueles fins que motivaram a criação do partido, isto é, dos objetivos da maioria de seus filiados. Para Michels (1982),



o principal motivo dos partidos políticos se converterem em uma espécie de oligarquia é encontrada na indispensabilidade técnica das suas lideranças e a importância que esses vão tomando com o crescimento da organização. Para esse autor, fatores mecânicos e institucionais relacionados à natureza das organizações sociais explicam sua tendência às características oligárquicas. Para ele,

*[...] a lei sociológica fundamental que rege inelutavelmente os partidos políticos pode ser assim formulada: a organização é a fonte de onde nasce a dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que delegam. Quem diz organização, diz oligarquia (MICHELS, 1982, p. 237-238).*

Para Michels (1982), há uma forte tendência, devido ao distanciamento dos dirigentes em relação à massa que deveriam representar, da elite dirigente do partido direcionar o funcionamento da organização para proveito próprio, ignorando a representatividade que deveria possuir em relação aos demais integrantes.

Ainda segundo Michels (1982), os efeitos de incentivos seletivos dados aos líderes de partidos de esquerda em suas práticas políticas, tais como o *status* e os benefícios materiais, tendem ao seu "aburguesamento" e, conseqüentemente, seu distanciamento dos interesses de seus partidários. Para Michels (1982), quanto maiores esses recursos seletivos, mais rapidamente ocorre o distanciamento dos líderes em relação aos objetivos iniciais do partido, afetando os processos decisórios da organização, sendo mais nocivo se esse partido estiver no poder. Essas colaborações de Michels nos ajudam a pensar a trajetória do Partido dos Trabalhadores e o seu distanciamento de algumas das causas coletivas que levaram à sua origem quando no poder. Mas como um líder que se distancia dos interesses de fundação do partido

consegue subsistir à frente deste? Michels (1982) afirma que os líderes se utilizam de técnicas para essa finalidade. Para se sustentar no poder, buscam manter seu domínio sobre as áreas vitais de um partido, entre as quais estariam as finanças, sua imprensa e a "tática de renúncia", ameaçando sua retirada e, consigo, seu capital político. Atualmente seria difícil, por exemplo, pensar em um Partido dos Trabalhadores competitivo ao poder sem a figura Luiz Inácio Lula da Silva (Lula).

Para a compreensão dos objetivos dos partidos políticos e a forma como distribuem sua influência é necessário compreendermos as origens dos financiamentos de campanha. Destacou Weber que,

*Economicamente, o financiamento do partido é uma questão de importância central para o modo como se distribui sua influência e para a direção que suas ações tomam materialmente: isto é, se ele provém de grande número de pequenas contribuições das massas, ou de mecenato ideológico, de compra (direta ou indireta) interessada ou de tributação das oportunidades proporcionadas pelo partido ou dos adversários subjugado (2004a, p. 189).*

Essa questão está, mais do que nunca, na pauta das discussões atuais, sobretudo no Brasil após as muitas denúncias de financiamento ilícito de campanhas eleitorais, em práticas conhecidas como "Caixa Dois"<sup>B</sup>. Por isso Weber afirmou que as finanças dos partidos são, por "razões compreensíveis, o capítulo menos transparente de sua história". Por esse motivo, muitos apontam a limitação ao financiamento exclusivamente público dos partidos e suas campanhas como uma alternativa. Esses acreditam que os custos do Estado seriam menores do que aqueles são subtraídos via "trocas de favores".

<sup>B</sup> Recursos recebidos sem registro do Tribunal Eleitoral e sem contabilidade, suspeitos de fruto de propinas.

## 7. Para que servem os Partidos Políticos?

Max Weber (2004b, p. 546) denunciava, no início do século XX, que muitos partidos políticos “nada mais são do que partidos de caçadores de cargos, que modificam seu programa segundo as possibilidades de atrair votos”. Certamente o leitor, em muitos casos, concordará com Weber ao observar os programas de governos propostos em cada eleição, contudo não abarca outros papéis dos partidos políticos. O próprio Weber (2004b) reconheceu diversas outras funções, tais como a defesa de uma ideologia e a patronagem de cargos diretivos; eletivos ou de indicação política. Ainda em Weber, notaremos que os partidos políticos também servem para atender a complexa burocracia do sistema político e eleitoral e dentre as motivações de atuação dos partidos políticos estaria o interesse pessoal, de estamentos ou de classes.

Ao se propor compreender para que servem os partidos políticos é fundamental considerar que a variação de tipologias de partidos políticos existentes impossibilita que cada um dos papéis apontados a seguir seja observado em todos os tipos de partidos políticos. Desta forma, alertamos aos leitores que destacaremos as possibilidades, o que não significa que encontraremos todas essas funções sendo realizadas por todos ou qualquer partido. Dito isto, passemos as possíveis utilidades dos partidos políticos.

Para Azambuja (1941), os partidos políticos seriam a organização mais importante para exprimir o pensamento de um grupo. É certo que Azambuja, quando escreveu a célebre obra “Teoria Geral do Estado”, não havia ainda presenciado o desenvolvimento de outros canais de comunicação e expressão individual e coletiva que marcaram a segunda metade do século passado e início do presente século, tais como televisão e os movimentos sociais. Contudo, podemos aferir que na are-

na política institucionalizada os partidos políticos, ao lado dos movimentos sociais, **se apresentam como canais de grande importância e impacto sobre os rumos das ações do Estado**, tornando-se, ainda com muitas ressalvas, um elo entre os grupos sociais e o Estado.

Compreender as funções dos partidos nos auxilia na compreensão de suas dinâmicas, estando eles no poder ou não. Seiler (2000) destaca, ao menos, sete funções, as quais nos propomos a discutir neste texto; são elas: i) realizar o recrutamento e seleção do pessoal dirigente para os cargos do governo; ii) elaborar programas e políticas para o governo; iii) coordenar e controlar órgãos governamentais, enquadrando os indivíduos em cargos considerados estratégicos, que geralmente são escolhidos dentro do seu quadro ou entre seus apoiadores; iv) homogeneizar as demandas particulares dos interesses das categorias, propiciando uma integração societária pela satisfação e pela conciliação das demandas ou ideologias; v) mobilizar os atores sociais, proporcionando uma “educação política”; vi) manifestar-se, quando julgar necessário, com uma postura de “contra-organização” ou “subversão; vii) expressar as demandas de seus representados, sendo seus porta-vozes; e viii) mediar os conflitos e as aproximações entre Estado e sociedade. Tomaremos as funções destacadas por Seiler (2000) como ponto de partida para discutir as finalidades dos partidos políticos, incluindo outras funções não destacada por esse autor.

A crítica de que os partidos políticos seriam espaços alugados para concorrer a um cargo eletivo acaba evidenciando um de seus papéis: **realizar o recrutamento e seleção do pessoal dirigente para os cargos do governo**. Em uma democracia representativa geralmente só é possível candidatar-se a um cargo eletivo estando filiado a um partido, o que **induz a representatividade e reduz o personalismo**. Uma vez eleito, o político é compelido a seguir um plano de governo e uma agenda definida

pelo partido e, por tanto, atuar em representação de um grupo. Se não tivéssemos partidos políticos a implantação do programa apresentado nas eleições dependeria exclusivamente da pressão dos eleitores, porém notamos que estes estão cada vez mais distantes das questões públicas, como bem destacou Sen-net em sua obra *"The Fall of Public Man"* (O Declínio do Homem Público), de 1976. Os partidos políticos, por possuírem recursos financeiros, advindos quase sempre de fundo partidário e financiamentos privados, **viabilizam o pleito dos indivíduos a cargos públicos eletivos**, sobretudo onde as campanhas geram gastos milionários, como no Brasil.

De fato, os partidos políticos têm, dentre seus objetivos, **elaborar programas e políticas para o governo**, por isso que quanto mais díspares os interesses dos partidos concorrentes forem, mais diversos serão os programas de governo apresentado ao eleitorado. Contudo, como destacou Weber (2004a, p.188), os programas, "não raro são apenas um meio de recrutar novos membros".

Uma das funções dos partidos seria o de **coordenar e controlar órgãos governamentais, enquadrando os indivíduos em cargos considerados estratégicos, que geralmente são escolhidos dentro do seu quadro ou entre seus apoiadores**. A partir dessa função, os partidos passam a desempenhar outros papéis importantes: i) colaborar na gestão e funcionamento do Estado e; ii) possibilitar a governabilidade.

Os partidos políticos limitam a diversidade mantendo, em certa medida, uma pluralidade de ideais existentes na sociedade. Estes, ao realizar coalisões, **possibilitam a governabilidade** e proporcionam ao governo **legitimidade representativa**.

Um outro papel dos partidos políticos seria o de **homogeneizar as demandas particulares dos interesses das categorias, propiciando uma integração societária pela satisfação e pela conciliação das demandas ou ideologias**. Nessa direção, Azam-

buja (1941) destacou que os partidos são capazes de formar opinião pública, portanto são aptos a homogeneizar interesses. Isso ocorre por terem legitimidade representativa, estrutura material para a mobilização e publicização de ideias e projetos, assim como para formar identidades coletivas. Nessa mesma direção, afirma Farias Neto (2011), que os partidos políticos têm por objetivo **consubstanciar propostas que visem à solução de problemas coletivos**, buscando agrupar o maior número possível de pessoas com opiniões e intenções semelhantes, objetivando o predomínio destas sobre as demais. Além disso, os partidos políticos têm por finalidade **promover a participação política e a conquista do poder político, visando à prevalência de determinadas ideias ou linhas de atuações políticas** (FARIAS NETO, 2011). Em outros termos, os partidos políticos servem para equilibrar a diversidade e limitar a pluralidade representativa, sem o qual a democracia representativa seria inviabilizada.

Uma característica importante dos partidos políticos é a representação. Como aponta Seiler (2000, p.6), "[...] os partidos políticos constituem a condição *sine qua non* do funcionamento do regime representativo". Para Seler (2000, p.29), "[...] nenhuma democracia funciona sem partidos políticos". Motta (2008) destaca que é papel dos partidos políticos **ser um canal de expressão dos anseios da sociedade**, e que eles "[...] representam, ou ao menos tentam representar, as opiniões dos cidadãos no nível do Estado". Nesse sentido, Motta (2008) apresenta uma generalização no mínimo perigosa, pois os partidos representam, na verdade, parcelas da sociedade, muitas vezes restritas a grupos de interesses, mormente em que o financiamento de campanhas eleitorais é realizado pelo setor privado. Parece que o autor ignora que os partidos políticos não são representantes perfeitos dos interesses sociais das demandas populares. Diríamos ainda que partidos políticos podem ser criados para se opor às demandas populares, ainda que precisem agregar indi-

víduos suficientes para serem reconhecidos e legitimados. Contudo, em muitos casos, a legitimidade no interior do Parlamento é proporcionada muito mais pelo "lugar" que se ocupa no jogo político do que pelo reconhecimento popular. Como exemplo concreto há, no Brasil, a chamada Bancada Ruralista<sup>9</sup>. Não podemos analisar os partidos políticos a partir de idealizações arbitrarias, mas partirmos de uma visão realista. Contudo, muitas vezes os partidos políticos são acusados de falsear a opinião, não deixando claro as questões e muitas vezes se silenciando em situações que lhes convém (AZAMBUJA, 1941).

Os partidos servem para **mobilizar os atores sociais, proporcionando uma "educação política"**. Esse papel torna-se claro ao constarmos que em um regime autoritário, assim como nas ditaduras, uma das primeiras vítimas são os partidos políticos (MOTTA, 2008), sobretudo aqueles que são mais próximos aos movimentos sociais e que lutam por demandas que não são objetos de interesses dos governantes, como ocorreu no Brasil durante o Regime Militar (1964-1985). Os partidos políticos, especialmente os ditos de esquerda, são importantes na mobilização dos repertórios de ação, assim como na mobilização participativa da sociedade. Reconhecemos que os partidos políticos têm um papel politizador, colaborando para organizar as demandas de grupos e canalizá-las em forma de propostas concretas de governo (MOTTA, 2008), assim como fomentar as mobilizações sociais em prol de determinadas necessidades, se apresentando como uma possibilidade de organização e meio/ espaço de participação na política.

Os partidos políticos servem para **dar consistência institucional e coletiva na aprovação de projetos**, servindo para dar força e direcionamento das ações do parlamentar. Sem o partido

<sup>9</sup> Ainda que por vezes o seu discurso seja no sentido de beneficiar toda a sociedade com a ampliação da produção de alimento, sua atuação é quase sempre fruto de acordos com grandes latifundiários.

político o parlamentar dificilmente teria condições de aprovar suas propostas, pois seus integrantes desenvolvem uma prática de reciprocidade de apoio. Seria difícil aprovar projetos sem apoio de outros parlamentares, sobretudo porque no campo dos interesses pessoais, cada parlamentar tem suas preferências, julgando de maneira variada o que é importante e o que é bom. Por meio do partido político é possível que parlamentares desinteressados em um projeto o aprove em solidariedade ao companheiro de partido e por recomendação deste. Os partidos possibilitam a existência de um fundo comum para o financiamento das campanhas eleitorais, dando **condições financeiras ao militante indicado para pleitear cargo eletivo**, assim como viabiliza a canalização de **esforço coletivo na busca da vitória nas eleições**. Isoladamente, dificilmente o candidato teria êxito em seu pleito, sobretudo em países onde as campanhas eleitorais demandando vultuosos investimentos, como ocorre no Brasil.

Outra função que podemos destacar é sua capacidade de **manifestar-se, quando julgar necessário, com uma postura de "contra-organização" ou "subversão"**. Nesses casos, os partidos geralmente alinham-se a outros grupos, tais como movimentos sociais e grupos de pressão.

Para Azambuja (1941) de tudo que serve para exprimir um pensamento, o partido político é o mais importante. Assim, os partidos servem também para **expressar as demandas de seus representados, sendo seus porta-vozes**. Os partidos alcançam espaços de fala e disputas políticas que dificilmente os indivíduos isoladamente conseguiriam galgar. Contudo, partindo das contribuições de Michels (1982), de que há nos partidos uma tendência oligárquica, uma representatividade democrática recorrentemente evidenciada na justificação da existência dos partidos políticos pode ser contestada. Sob essa perspectiva, os partidos políticos apenas substituem velhas por novas elites estruturadas em torno dos partidos políticos mais fortes.

No caso particular do Brasil, os partidos possibilitaram, no final do século XIX, a substituição de uma elite escravocrata por uma elite agrária que se modernizou juntamente com os processos de urbanização e de industrialização. É importante considerar que os partidos políticos representam, na melhor das hipóteses, apenas parcela da sociedade, não sendo, obviamente, um porta-voz do povo em sua totalidade. Ainda sob a perspectiva de Michels (1982), podemos observar um paradoxo: por um lado os partidos políticos viabilizam a democracia representativa, equilibrando a diversidade e garantindo uma pluralidade; por outro lado, no seu interior os partidos políticos são oligárquicos e autoritários, o que impede renovação nos quadros de "nomes elegíveis" para candidaturas mais importantes.

Ainda buscando responder "para que servem os partidos políticos", destacamos seu **papel de mediador de conflitos e as aproximações entre Estado e sociedade**. Essa função é observada recorrentemente dentre os partidos de massa, mais próximos à sociedade. Até os anos de 1980, os estudos brasileiros que se debruçavam sobre as relações entre Estado, partidos políticos e movimentos sociais estavam fortemente marcados pelo pensamento político marxista, e os conflitos políticos percebidos sobretudo a partir das relações de produção. Neste contexto, os partidos políticos, mais especificamente os partidos de esquerda, eram compreendidos como intérpretes legítimos, se não exclusivos, das aspirações das classes exploradas e oprimidas (CARRION, 1985). A partir desse período, diversos estudos passaram a denunciar as limitações de uma abordagem reducionista, até então fortemente presente. Para Carrion (1985, p. 89) era necessário

*[...] o exame das relações entre partidos políticos e movimentos sociais [...], principalmente sabendo-se que muitos desses movimentos sociais não apenas aspiram por um espaço de autonomia política, como também **veiculam projetos alternativos de organização social.***

Contudo, é importante destacar que o partido político não deve ser compreendido como detentor do monopólio da mediação política. Movimentos sociais e partidos políticos possuem papéis e objetivos diferentes, no entanto podem se conectar de forma frutífera em diversos momentos (RUSCHEINSKY, 1999). É possível ao partido político buscar uma gestão compartilhada com a participação direta e indireta da sociedade civil, como ocorrem em muitas práticas do Orçamento Participativo (OP).

A mobilização da sociedade civil para participar das decisões do Estado rumo a uma "democracia direta" ou "semidireta" não reduz necessariamente a importância dos partidos políticos, como nota-se na experiência da Suíça (SEILER, 2000). Os partidos políticos suíços souberam tirar proveito da maior participação dos cidadãos. No Brasil, o fomento de partidos de massa para que haja uma maior participação social não é (por parte destes), geralmente, compreendido como antagônico às práticas partidárias. No caso brasileiro, o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) recebeu críticas da direita, sendo acusado de aproximar-se dos movimentos sociais e de práticas de totalitarismo de esquerda; contudo, no interior da esquerda o PT também foi amplamente criticado pela falta de maior aproximação aos movimentos sociais. Essa situação ocorrer pelo fato de que, ao longo de nossa história política, nenhum governo foi tão próximo dos movimentos sociais; por outro lado, os movimentos sociais que germinaram junto com o Partido dos Trabalhadores (PT) esperavam uma parceria maior e constante com os movimentos sociais. Em outros termos, por ser um partido de origem exterior, nos termos de Duverger (1980), os grupos que o forjaram esperavam a representação de seus interesses quase que por completo, o que parece não ter ocorrido à contento.

A seguir apresentamos um quadro síntese dos possíveis papéis dos partidos políticos contemporâneos, advertindo que nem todos os partidos dão conta dessas funções, ora por incapacidade, ora por não ser de seus interesses.

**Quadro 1** – Síntese de possíveis funções dos Partidos Políticos contemporâneos.

Para que servem os Partidos Políticos?	
1	Se apresentar como canais de grande importância e impacto sobre os rumos das ações do Estado.
2	Realizar o recrutamento e seleção do pessoal dirigente para os cargos do governo.
3	Induzir a representatividade e reduzir o personalismo.
4	Viabilizar o pleito dos indivíduos a cargos públicos eletivos.
5	Elaborar programas e políticas para o Governo.
6	Coordenar e controlar órgãos governamentais, enquadrando os indivíduos em cargos considerados estratégicos, que geralmente são escolhidos dentro do seu quadro ou entre seus apoiadores.
7	Possibilitar a governabilidade.
8	Dar legitimidade representativa.
9	Homogeneizar as demandas particulares dos interesses das categorias, propiciando uma integração societária pela satisfação e pela conciliação das demandas ou ideologias.
10	Consustanciar propostas que visem a solução de problemas coletivos.
11	Promover a participação política e a conquista do poder.
12	Visar à prevalência de determinadas ideias ou linhas de atuações políticas.
13	Ser um canal de expressão dos anseios da sociedade.
14	Mobilizar os atores sociais, proporcionando uma "educação política".
15	Dar consistência coletiva na aprovação de projetos.
16	Prover condições financeira para pleitos de cargos eletivos.
17	Propiciar esforço coletivo na busca da vitória nas eleições.
18	Manifestar-se, quando julgar necessário, com uma postura de "contra-organização" ou "subversão".
19	Expressar as demandas de seus representados, sendo seus porta-vozes.
20	Exercer o papel de mediador de conflitos e as aproximações entre Estado e sociedade.
21	Veiculam projetos alternativos de organização social.

Fonte: Elaboração própria.

Iniciamos as discussões destacando a seguinte pergunta: Para que servem os partidos políticos? Reiteramos ser uma empreitada difícil; contudo, acreditamos que as reflexões aqui realizadas nos possibilitam, ao menos, distanciarmo-nos das afirmações recorrentes do senso comum. Ainda que tais afirmações não estejam equivocadas por completo, não nos possibilita responder à contento à pergunta aqui apresentada, isso por focar nas disfunções dos partidos políticos, como afirmamos inicialmente. Conhecer os esforços já existentes em conceituar os partidos políticos, compreender suas origens e tipologias possíveis nos parece ser um caminho promissor para aqueles que desejam desvelar o "lugar" dos partidos políticos no seio da democracia representativa. Nesse sentido, acreditamos que este esforço vem a colaborar para esse intento.

### Referências bibliográficas

- AZAMBUJA, Darcy. *Teoria Geral do Estado*. Rio de Janeiro: Globo, 1941.
- CARRION, Eduardo. *Estado, Partidos e Movimentos sociais*. Porto Alegre: Edipaz Comunicações Ltda. 1985
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3ª ed. totalmente rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- DUVERGER, Maurice. *Sociologia Política*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.
- FARIAS NETO, Pedro Sabino de. *Ciência Política: enfoque integral avançado*. São Paulo: Atlas, 2011.
- GOLDSTONE, Jack A. *States, Parties and social Moviments*. Cambridge, New York, USA, 2003.

- KATZ, Richard; MAIR, Peter. *Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party*. Party Politics, London, v. 1, n. 1, p. 5-28, 1995.
- KIRCHHEIMER, Otto. The Transformation of the Western European Party Systems. In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. *Political Parties and Political Development*. Princeton: PUP, 1966. p. 177-200.
- LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. *Political parties and political development*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1966.
- LAMOUNIER, Bolivar; MENEGUELLO, Rachel. *Partidos Políticos e Consolidação democrática: o caso brasileiro*. Brasília: Editora Brasiliense, 1986.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro, Forense, 1948.
- MAIR, Peter. Party Organizations: From Civil Society to the State. In: KATZ, Richard; MAIR, Peter (ed.). *How Parties Organize: Change and Adaptation in Party Organizations in Western Democracies*. London: Sage, 1994.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UNB, 1982.
- MONTEIRO, J. Cauby S; CARDOSO, Adalberto Trindade. Weber e o Individualismo Metodológico. *Anais do 3ª Encontro Nacional da ABPC – Associação Brasileira de Ciência Política*. Niterói – RJ, Jul. de 2002.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros*. 2ª ed. Revisada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. 2. ed., revista e ampliada, Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2002.

- RIBEIRO, Pedro Floriano. *Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.10. Brasília, jan./abr. de 2013, pp. 225-265.
- RUSCHEINSKY, Aloísio. *Atores políticos e lutas sociais: movimentos sociais e partidos políticos*. Porto Alegre: Ed. PUC-RS, 1999.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalism, socialism and democracy*. New York: Harper Perennial, 1976
- SEILER, Daniel-Luís. *Os Partidos Políticos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- TSE. Tribunal Superior Eleitoral. *Partidos Políticos Registrados no TSE*. 2017. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse> > Acesso em: 10 jun. 2017.
- VIANA, Nildo. *O que são Partidos Políticos*. Gaiânia: Edições Germinal. (2003),
- WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel (Org.). FERNANDES, Florestan (Coord.). *Weber – Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 13. São Paulo: Ática, 1999, p.79-127.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Vol.1. 4ª ed. Brasília: Editora UnB, 2004a.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Vol.2. 4ª ed. Brasília: Editora UnB, 2004b.